



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA RITA DA NÓBREGA LUCAS

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES

CAMPINA GRANDE – PB

2016

MARIA RITA DA NÓBREGA LUCAS

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I – Campina Grande - PB.

Orientadora: Prof. Dra. Marília Tomaz de Oliveira

Campina Grande – PB

2016

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

L933s Lucas, Maria Rita da Nóbrega.
Serviço social na educação [manuscrito] : limites e possibilidades / Maria Rita da Nóbrega Lucas. - 2016
31 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação : Profa. Dra. Marília Tomaz de Oliveira, Departamento de Serviço social."

1. Serviço social. 2. Política Educacional. 3. Educação..

21. ed. CDD 361.3

MARIA RITA DA NÓBREGA LUCAS

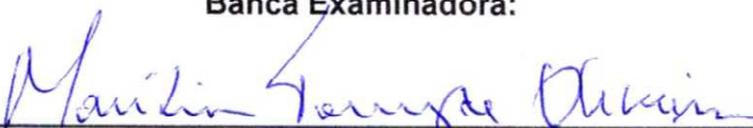
SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I – Campina Grande - PB.

Aprovado em: 02 de Dezembro de 2016

Nota: 9,0 (nove)

Banca Examinadora:


Profª. Dra. Marília Tomaz de Oliveira
Departamento de Serviço Social – UEPB
Orientadora


Profª. Dra. Maria Noalda Ramalho
Departamento de Serviço Social - UEPB
Examinadora


Profª. Mg. Célia de Castro
Departamento de Serviço Social UEPB
Examinadora

Campina Grande – PB
2016

Dedico esse trabalho a todas as pessoas
que sonham e, a partir de seus sonhos,
lutam.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu bom Pastor, que me presenteou com o dom da vida e sempre esteve presente em minhas decisões;

A minha família: meus pais, que derramaram seu suor para criar nove filhos; meus irmãos, que não tiveram a mesma chance que eu de ingressar na Universidade, e, aos meus sobrinhos, que tantas vezes reclamaram minha ausência.

A Tia Goretti Lucas (Tia Gó), minha primeira catequista, exemplo de mulher guerreira a seguir, que sempre caminhou firme na fé.

Aos meus tios: Manoel, Izaura, Irene e Terezinha (in memória) e Maria Rita de Souza; aos meus primos Walter, Kalina e Patrícia. Pessoas que me acolheram quando cheguei à Campina Grande. Muito obrigada.

A prof^a. Dr^a. Maria Noalda Ramalho, que me orientou nos passos iniciais dessa pesquisa, porém em um momento que não tive condições de produzi-la.

A minha orientadora Prof^a. Dr^a. Marília Tomaz, por todo carinho e incentivo, do começo ao fim. Por ter acreditado em mim quando eu quase deixei de acreditar.

A minha eterna professora “Maluquinha” (Prof^a. Ms. Maria Verônica), por ter contribuído para minha formação, por ter me incentivado quando pensei em desistir e por sua amizade sincera.

A minha amável turma de Serviço Social (Bloco Fechado). Vocês são irmãs que Deus colocou no meu caminho, tornando-o mais leve e divertido.

A amiga “Menina da Lua” (Emanuela Balbino), que mesmo distante me enviava mensagens de carinho e incentivo sempre. Obrigada pela amizade e paciência.

As amigas, Marcela, Sheila, Ivna, Andreza e Suzane: pessoas com quem dividi muitos momentos de convivência diária. Vocês me aguentaram nos dias felizes e, também, nos de tempestade e discórdia. Obrigada pelo carinho.

A todo quadro docente de Serviço Social, especialmente aos mestres, que colocaram mais limpidez no nosso olhar crítico sobre a realidade, fazendo-nos compreender os fatores de tantas desigualdades sociais. Dentre tantos, gostaria de citar meu agradecimento e admiração à Professora Ana Rita de Castro Almeida, que nunca desistiu de lutar, mesmo sendo impedida algumas vezes. Lembrarei-me de sua história de vida, quando, por ventura, eu tiver que sufocar minhas lutas, indo contra princípios éticos, direitos humanos etc.

Muito Obrigada a todos!

[...] não podemos aceitar o todo poderosíssimo ingênuo da educação que faz tudo, nem aceitar a negação da educação como algo que nada faz, mas assumir a educação nas suas limitações e, portanto, fazer o que é possível, historicamente ser feito, com e através da educação.

Paulo Freire

SUMÁRIO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	10
2.1 Década de 1930 A 1980: principais acontecimentos no campo educacional.....	11
2.2 Década de 1990 a atualidade: a educação em terreno neoliberal.....	15
3. GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	19
3.1 A inserção do Serviço Social na Educação.....	21
3.2 Limites e Possibilidades do Serviço Social na Educação.....	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES

Maria Rita da Nóbrega Lucas¹

RESUMO

A Política Educacional brasileira vem se desenvolvendo mediante a luta entre a classe trabalhadora e o capitalismo, “pendendo” mais para os interesses econômicos do que para o desenvolvimento da sociedade. A inserção do Serviço Social, nessa política, vem sendo travada nesse acirrado processo de lutas, onde os desafios enfrentados pelo profissional do Serviço Social estão atrelados tanto na adaptação ao modelo de gestão da educação no cenário neoliberal quanto nas necessidades da sociedade contemporânea. Levando-se em consideração esses aspectos, o presente artigo apresenta os limites e possibilidades do Serviço Social na Educação, mensurando as particularidades que dificultam o trabalho dos Assistentes Sociais na luta pela efetivação da educação enquanto direito social, as contribuições que o mesmo pode oferecer nessa área, bem como relatar as principais demandas. Consiste numa pesquisa bibliográfica, onde foram tecidas algumas reflexões sobre o desenvolvimento da Educação brasileira, em seguida, tem-se um esboço sobre o surgimento do Serviço Social, como se deu seu desdobramento no Brasil e sua inserção na educação. Por último, são pontuados os limites e possibilidades do Serviço Social na Educação.

Palavras-chave: Educação. Serviço Social. Política Educacional.

1. INTRODUÇÃO

No atual cenário Brasileiro, transpassado pela lógica neoliberal, que impõe reformas que só reforçam sua avidez pelo lucro, mudanças podem ser observadas no âmbito do desenvolvimento de políticas sociais, repercutindo diretamente no trabalho desenvolvido pelos profissionais executores das mesmas. A inserção do Serviço Social, na política educacional, vem sendo travada nesse acirrado processo de mudanças, onde os desafios enfrentados pelo profissional de Serviço Social estão atrelados tanto na adaptação ao modelo de gestão da educação no cenário neoliberal quanto nas necessidades da sociedade contemporânea.

Levando-se em consideração os fatores mencionados, o objetivo deste estudo é destacar os limites e possibilidades do Serviço Social na educação,

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: ritinhanobrega@yahoo.com.br

mensurando as particularidades apresentadas nesse cenário, que dificulta o trabalho dos Assistentes Sociais na luta pela efetivação da educação enquanto direito social, quais as contribuições que o mesmo pode oferecer nessa área, bem como relatar as principais demandas para o Serviço Social.

O interesse pelo tema surgiu durante a disciplina de tópicos em educação, no final do ano de 2012, quando foi observada uma lacuna nas produções literárias do serviço social em relação a esta temática e sentiu-se a necessidade de conhecer e debater mais sobre o assunto.

Metodologicamente, consiste numa pesquisa bibliográfica qualitativa de caráter exploratório-descritiva, pois, esse tipo de procedimento proporciona um entendimento mais profundo nas ligações entre elementos, direcionando a compreensão da manifestação do objeto de estudo (MINAYO, 2007).

Os dados foram coletados e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, uma vez que esta permite uma aproximação crítica dos dados coletados e uma relação maior com os objetivos do estudo.

A pesquisa se deu a partir da revisão bibliográfica fundamentada nos referenciais teóricos do Serviço Social e da Educação, entre os quais podemos destacar: O Conselho Federal de Serviço, Social – CFESS, (2012); Almeida (2005); Iamamoto e Carvalho (2007); Piana (2009), Melo (2012), Nascimento (2012), Silva (2012), dentre outros autores que trazem discussões sobre a temática.

Consideramos o estudo realizado relevante para uma melhor compreensão dos fatores que possibilitam a inserção do Serviço Social na Educação, bem como, para fortalecer as contribuições do mesmo na política educacional.

O presente artigo está estruturado a partir dos seguintes tópicos: no primeiro tópico trazemos a introdução ao conteúdo, no segundo algumas reflexões sobre a educação no Brasil, marcada por disputas societárias, no terceiro tecemos um esboço sobre o surgimento do Serviço Social, como se deu seu desdobramento no Brasil e sua inserção na educação, bem como pontuando limites e possibilidades do Serviço Social na educação.

2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Refletindo sobre a educação, podemos dizer que ela se configura como “uma das dimensões mais complexas e importantes da vida social” (MARTINS, 2012, p.

34), envolvendo o sujeito, a família, as organizações e a educação formal nas suas várias dimensões. Sendo considerada, portanto, como uma dimensão complexa e histórica da vida social, a educação configura-se como “expressão das lutas sociais [...] e não pode ser pensada de forma desconexa da sua dinâmica particular com o mundo da produção.” (ALMEIDA, 2005, p. 8). Isto é, a educação é fruto de embates entre as classes sociais e é desenvolvida de acordo com as relações de produção existentes, podendo ser desenvolvida enquanto direito social e humano como também voltada para manutenção da ordem.

No Brasil, o sistema educacional vem se desenvolvendo nesse processo de lutas, tencionadas de acordo com os determinantes históricos do capital, ou seja, de acordo com as transformações econômicas, políticas e sociais presentes ao longo dos anos. Estudá-lo nos remete inseri-lo dentro do processo histórico da realidade brasileira.

Dessa forma, enfatizaremos a partir de 1930, época em que o país começa a sofrer mudanças no poder do Estado, em especial, na dimensão política e social, em decorrência da expansão do capital industrial em substituição ao capital agrário (PINTO, 1986). E, também, por ser a partir desse período, em decorrência de tais mudanças, que o Serviço Social surge no Brasil e, desde então vem atuando em diversas áreas, dentre elas a educação: campo de atuação explorado nesse estudo.

2.1 Década de 1930 a 1980: Principais acontecimentos no campo educacional

O ano de 1929, período de crise mundial do capital, devido à queda da Bolsa de Valores de Nova York, inaugura, no Brasil, uma série de dificuldades. A queda da Bolsa e a superprodução do café, segundo Piana (2008), geraram crises nas finanças públicas do país. Com isto, ocorrem mudanças significativas no modelo econômico vigente e, do ponto de vista político, como coloca Filho (2011), ocorre o enfraquecimento da oligarquia agroexportadora e a ascensão ao poder de grupos ligados aos tecnocratas, aos militares e aos empresários industriais. O presidente Getúlio Vargas assume a presidência provisoriamente de 1930 a 1937 e acaba ficando no poder até 1945, período de estabelecimento do Estado Novo, onde o mesmo passa a intervir na economia com a política desenvolvimentista, criando as bases para a implantação da indústria pesada no País.

Com o processo de industrialização, segundo Cerqueira Filho (1982), ocorre à explosão da questão social, que significa o aumento dos problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo com o desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, o conjunto de problemas oriundos desse processo, exigem profundas modificações na composição de forças dentro do Estado e no relacionamento deste com as classes sociais. Assim, o Estado começa a tomar medidas para garantir as condições mínimas de instauração da nova ordem econômica dirigida para industrialização.

Para Yamamoto e Carvalho (2007. P. 126).

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses.

Nesse período, segundo Pinto (1986), ocorreu certa democratização do ensino, influenciada pela Escola de John Dewey (1859-1952), filósofo norte-americano, tendo como seguidores no Brasil, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Francisco Campos, considerados grandes nomes da educação brasileira.

O pensamento de Dewey é um dos responsáveis pelo desencadeamento, do movimento de renovação das ideias e das práticas pedagógicas conhecidas como Escola Nova. À mesma foi responsável por uma significativa mudança na chamada educação tradicional, que era muito rigorosa, disciplinar e centrada no universo conceitual dos conhecimentos, concebidos fora de qualquer finalidade utilitária. Esse tipo de educação, denominado de “escola clássica”, demonstrava-se insuficiente frente às inúmeras transformações históricas, sociais e econômicas ocorridas entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, principalmente nos Estados Unidos (SOUSA e MARTINELLI, 2009).

A medida mais importante no ano de 1930, ainda de acordo com Pinto (1986), foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, com o papel de orientar e coordenar reformas educacionais que seriam incluídas na Constituição de 1934. Constituição esta que trazia preocupações com respeito à adoção de medidas que promovessem o desenvolvimento da indústria nacional. Com isso, ocorre o incentivo ao ensino superior e médio, com o objetivo de formar mão de obra preparada para assumir postos de trabalhos gerados com os avanços pretendidos no setor

econômico. Nesse período foi introduzido também, o ensino primário gratuito e obrigatório.

A Constituição de 1937 incorpora parte da legislação da Constituição de 1934 e acrescenta o ensino profissionalizante. Houve então, em 1942 a criação do Serviço Nacional de aprendizagem Industrial – SENAI; nesse mesmo ano, se tem a criação das Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas por Reforma Capanema, e, em 1946, se tem a criação do Serviço Nacional de aprendizagem Comercial – SENAC.

O SENAI foi criado com “incumbência de organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007. p. 253); as Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas por Reforma Capanema, criadas pelo ministro de Vargas, Gustavo Capanema, segundo Matos (2011), eram voltadas ao ensino industrial e ao ensino técnico-comercial e sua finalidade era formar a personalidade integral dos adolescentes, elevando suas consciências patrióticas e humanísticas, dando início a modernização do ensino como produto de incentivo da educação científica, técnica e profissionalizante.

Com a saída de Vargas do poder e com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, ocorre a chamada “redemocratização” brasileira e surge a necessidade de uma nova ordem constitucional, dando surgimento a Constituição de 1946. Nesse período começam as reivindicações em prol da escola pública, gratuita e universal, repercutindo diretamente no Congresso Nacional, culminando em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 4.024/61 (PIANA, 2008).

A referida LDB foi um projeto elaborado em 1947 que propunha uma reforma geral na educação nacional, sendo sancionada apenas em 1961. À mesma determinava que “o ensino no Brasil poderia ser ministrado tanto pelo setor público quanto pelo setor privado em todos os níveis, desaparecendo, assim, a obrigatoriedade do ensino primário” (PINTO, 1986, p. 64), prevendo, também, que o Estado poderia subvencionar estabelecimentos de ensino particulares, através de bolsas de estudos, empréstimos para a construção, reformas e custeio na infraestrutura das escolas.

Em 1963, educadores, estudantes, sindicatos e partidos políticos exigiam reforma de base na educação, consolidada através do Movimento de Educação de Base (MEB), nascido 1958 e ampliado pelo governo Jânio Quadros, ao lado dos Centros de Cultura Popular (CCP) e dos Movimentos de Cultura Popular (MCP);

iniciando-se, assim, uma campanha de mobilização nacional contra o analfabetismo. (PINTO, 1986).

Com o golpe militar em 1964, “que visava à implantação e à manutenção de uma nova ordem social, política e econômica a qual deveria estar submetida à Nação” (DUARTE, 2008, p. 44), ocorre uma reorganização e uma reestruturação das sociedades civil e política, assim como também, um novo modelo econômico concentrador de renda, com abertura da economia para o exterior e estímulo à poupança interna.

Nesse período, especificamente nos governos de Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e Garrastazu Médici (1969-1974), “houve uma aceleração no ritmo de crescimento da demanda social da educação, em virtude da necessidade de adequação do sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico.” (PINTO, 1986, p. 68). Com isto, ocorre à expansão do ensino, inclusive o superior, o ensino obrigatório passa de quatro para oito anos, são criadas as agências de apoio à pesquisa e a pós-graduação e são promulgadas várias leis que introduzem reformas importantes nos diferentes níveis de ensino.

No governo Geisel (1974-1979), ocorreu uma maior organização do ensino superior e investimentos no ensino de segundo grau, com o objetivo de formar recursos humanos especializados em nível técnico e superior para atender o sistema produtivo, adequando o planejamento educacional às expectativas e necessidades do mercado. Segundo Duarte (2008, p. 89):

Na verdade ,não havia por parte do governo a intenção de promover uma reforma abrangente na matriz educacional, visto que esta atendia aos anseios de uma educação que formava jovens para o mercado de trabalho, maior preocupação de um governo que via na formação de mão de obra qualificada a solução para os problemas institucionais.

A partir da década de 1970, segundo Penha (2012), com a mudança do modelo de produção Taylorista/Fordista para o padrão de acumulação flexível, ocorrem transformações na base da economia capitalista em todo o mundo, repercutindo na forma de intervenção do Estado, nas relações de trabalho e, conseqüentemente, nas políticas públicas, que começam a se redesenhar de acordo com os ditames neoliberais.

A década de 1980, considerada economicamente perdida, também “fervia” de inquietações e mobilizações da sociedade civil, que apesar de se encontrar saturada

do período militar, lutava exigindo direitos e respostas para solucionar a gritante realidade instaurada no país. Santos (2009, p. 136), afirma:

Com isto, ocorrem [...] significativos ganhos políticos, sobretudo, no que tange à organização e mobilização de expressivos setores da sociedade civil organizada, como a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), formação do Partido dos Trabalhadores, Movimento Sanitarista, enfim, uma gama de movimentos reivindicatórios por mudanças estruturais no país.

A conjuntura de instabilidade, organização sociopolítica e inúmeros embates travados no processo constituinte a partir de 1987, entre os segmentos do capital e dos trabalhadores, ainda de acordo com Santos (2009), leva o país a um Estado Democrático de Direito, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que confere um amplo avanço político no campo dos direitos sociais. Com a Constituição Federal de 1988, a educação é garantida como direito social, passando a ser:

direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2008, p. 57)

À mesma institui, também, no artigo 206, o compromisso de garantia ao acesso e permanência dos alunos, assim como a qualidade do ensino e gestão democrática (BRASIL, 2008).

A constituição brasileira é, de fato, um marco para o direcionamento das políticas educacionais a partir da década de 1990, período marcado pela ideologia neoliberal, cenário que abordaremos no próximo tópico.

2.2 Década de 1990 à atualidade: a educação em terreno neoliberal

A década de 1990 começa com as políticas neoliberais adentrando a porta do governo brasileiro e sugando os direitos sociais, provocando o que podemos chamar de contrarreforma do Estado. Pois, a partir dessa conjuntura, o mercado se torna o principal regulador da dinâmica social, desresponsabilizando o Estado da promoção de políticas públicas universais. Diante de tais fatos, ocorreram cortes nas verbas sociais voltadas para saúde, assistência social, educação, dentre outras, provocando a precarização dos serviços públicos e elevação do setor privado, constituindo-se num Estado mínimo para as questões sociais.

É nesse contexto que a política educacional brasileira também sofre sua contrarreforma, tendo como marco a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº 9.394/96, em 20 de dezembro de 1996, em substituição a Lei nº 4.024/61, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, que primou por orientações economicistas de desenvolvimento econômico alinhado à nova ordem mundial. À mesma reforça a questão do “Estado dividir os direitos educacionais conquistados na Constituição de 1988 com o setor privado, característica bem peculiar da política neoliberal” (BARROZO, 2013, p. 8).

A Nova LDB vem reforçar e regulamentar a Constituição de 1988, com relação ao direito à educação. Entretanto, mesmo com essas garantias em leis em vigor a partir dos anos de 1990, a educação brasileira ainda não se constitui como uma política pública universal no país. Segundo, Backx apud Piana, (2009, p. 190):

Não existe escola para todos em todos os níveis; 41% dos jovens não terminam ensino médio; 2/3 dos jovens entre 15 e 17 anos não estão na escola; são elevados os índices de evasão e repetência escolar e analfabetismo. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica mostra que, entre 1995 e 2001, o desempenho discente piorou. Em 2002, 74% dos que se submeteram à avaliação do ensino Médio (ENEM) tiveram desempenho insuficiente. Vale lembrar que, para o ensino médio, de cada cem estudantes, sessenta não o concluem, e que 53% dos alunos estão atrasados na escola.

Embora declarada legalmente como direito social, a educação brasileira continua sintonizada com o mundo do trabalho e sofrendo influências do mercado, da nova política de emprego do mundo moderno e da relação público e privado, fazendo com que sua qualidade e efetivação se voltem para os interesses do mercado, dificultando a conquista da cidadania. Reforçando esse fato, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2012, p. 20-21), diz:

[...] a Política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir. Mas se reveste hoje, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital, em um processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais [...], a partir do desenvolvimento de programas assistenciais, incentivo à contratação de crédito e forte transferência de recursos do fundo público para a burguesia educacional.

Esse processo se dá através do desenvolvimento de medidas assistencialistas “paliativas”, travestidas de processos de democratização do acesso à educação. Podemos citar como exemplos dessas medidas a criação do Fundo de

Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, no ano de 2001; Programa Universidade para Todos - ProUni, em 2005; a inclusão da modalidade de Ensino a Distância – EaD, “criada pelo Decreto nº 5.622, de dezembro de 2005” (BARROZO, 2013.p.15) e a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, criado em 2007.

O FIES e o PROUNI, destaca Lima (2012), significam a privatização e a mercantilização da educação superior, através do aumento de Instituições de Ensino Superior privado e do financiamento público indireto para o setor privado. A EaD, frisa Barrozo (2013), estimula o aceleração da educação sem preocupação com a qualidade do ensino, provocando o enriquecimento das instituições privadas e empobrecimento da formação profissional, inserindo, massificadamente, profissionais no mercado. Já o REUNI, que tem como principal meta facilitar o acesso e permanência na educação superior, ampliando o número de vagas e diminuindo a evasão escolar, proporcionando o crescimento do ensino superior público em todo país, vem se desenvolvendo, conforme Léda e Macebo (2009), sem a necessária contrapartida orçamentária, comprometendo, desse modo, a qualidade das funções que a universidade deve desempenhar, precarizando o trabalho docente.

Temos também a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, ambos criados no ano de 2004, que são avaliações a nível nacional não levando-se em consideração a realidade de cada região.

Na educação básica temos a criação do Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM, no ano de 1998 e da Prova Brasil em 2005, tendo sua primeira aplicação em 2007. Essas formas de avaliações também são unificadas, ou seja, de âmbito nacional, não levando em consideração a realidade de cada região, o que compromete o desempenho dos alunos nas mesmas.

Nesta perspectiva, o que se observa, na política educacional, especificamente em tempos de hegemonia do capital financeiro, é o aumento do incentivo aos padrões educativos voltados a atender os interesses do sistema capitalista, e, o de manter a sociedade dividida em classes, além do mais, deixando a classe trabalhadora à margem de qualquer possibilidade de conscientização, convertendo-se, como diz Mészáros (2008), em força a serviço de nossa própria desumanização.

Com relação à educação básica, atualmente, a mesma é dividida em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Para se alcançar essas finalidades, algumas estratégias veem sendo traçadas nos últimos anos. A universalização da educação básica constitui uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. O mesmo determina dentre suas metas a garantia do direito à educação básica com qualidade, garantia do acesso, universalização do ensino obrigatório e a ampliação de oportunidades educacionais. Todas essas estratégias demandam o desenvolvimento de Políticas Públicas que possam contribuir nesse aspecto (BRASIL, 2014).

Em outubro de 2016 foi aprovada na Câmara dos Deputados a PEC – Proposta de Emenda Constitucional 241/2016, e no Senado 55/2016 em processo de discussão para ser votada, denominada pelo Governo de Novo Regime Fiscal, que visa reverter, no horizonte de médio e longo prazo, o quadro de agudo desequilíbrio fiscal em que nos últimos anos foi colocado o Governo Federal. (BRASIL, 2016). A discussão na esfera da economia coloca divergências em relação a justificativa do Governo Federal acerca da solução proposta para a crise econômica destacando por exemplo a tomada de medidas em relação ao setor financeiro (banqueiros, rentistas) e a taxação de grandes fortunas e heranças. Desse modo, recai no setor público a solução com a punição contra o funcionalismo e a retração das Políticas Públicas/Sociais.

A PEC 241 propõe o congelamento de gastos do governo federal pelos próximos vinte anos, limitando o aumento da inflação durante o período. Esse processo consequentemente irá reduzir as despesas sociais para as próximas duas décadas. O objetivo é a obtenção de superávit primário para pagamento dos juros da dívida pública, despesa essa que não teve um teto estabelecido para os próximos anos. Na prática, isso significa a diminuição de investimentos, durante vinte anos com educação, saúde, assistência social e outras áreas.

A implementação da PEC 241, segundo o FNE - Fórum Nacional de Educação (2016), provocará impactos no desenvolvimento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que tem dentre seus objetivos a universalização da educação e criação de um plano de carreira para professores da rede pública. Se o

objetivo da PEC 241 é congelar por vinte anos os gastos do Governo com educação, saúde, assistência e outras áreas, o Governo não vai conseguir aumentar as atuais receitas orçamentárias da educação, a fim de se cumprir as metas e estratégias do Plano, das quais podemos destacar o investimento equivalente a 10% do Produto Interno Bruto na educação e a equiparação da remuneração média do magistério com outras categoriais profissionais de mesma escolaridade. Com a PEC 241, essas metas e estratégias tornam-se praticamente nulas, uma vez que, para seu cumprimento é necessário investir mais recursos.

A PEC 241 representa um grave retrocesso para os direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, onde as parcelas mais pobres da população irão sofrer as consequências e o sucateamento da educação aumentará ainda mais.

Levando-se em consideração a defasagem da política educacional atualmente, para se enfrentar os desafios, a presença do Serviço Social na educação, assunto abordado no próximo tópico, configura-se como fundamental, pois, além da presença da questão social nesses espaços ser constante, impedindo, muitas vezes o andamento do processo de ensino aprendizagem nos espaços educacionais, o Assistente Social poderá contribuir também para que o alcance desses índices não sejam apenas índices numéricos nacionais, mas que sejam realmente índices de aprendizagem. O mesmo irá contribuir para o desenvolvimento da educação com qualidade, voltada para o crescimento dos educandos.

3. GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O Serviço Social surge e se desenvolve, segundo Piana (2008), a partir da necessidade, imposta pelo sistema capitalista, de uma categoria profissional que atuasse junto às classes antagônicas, com o objetivo de apaziguar os conflitos entre as mesmas, uma vez que, juntamente com sua expansão, o capitalismo arrasta consigo uma série de “catástrofes”, causadas pelo surgimento de uma nova realidade social, perpassada por grandes conflitos e lutas, espalhando as contradições, que mais tarde se expressaria sob a forma de questão social - objeto de estudo do Serviço Social.

Na América Latina, a gênese do Serviço Social se deu justamente nesse acirrado processo de desenvolvimento capitalista, em que se pautava o processo de

industrialização e, com ele, a miserabilidade, o crescimento urbano caótico e as migrações: cenário ideal para a atuação do profissional Assistente Social.

Inserido nesse contexto, o Serviço Social no Brasil, ainda segundo Piana (2008), surge ligado as transformações sociais e econômicas do país nas décadas de 1930 e 1940, marcadas pelo desenvolvimento da industrialização e pela expansão urbana, fazendo a burguesia industrial, juntamente com os proprietários rurais, buscar apoio do Estado para seus projetos de classe, necessitando encontrar novas formas de enfrentamento da questão social.

Com isso, surge a necessidade de uma mão de obra especializada, que, de certa forma, respondesse tanto as reivindicações dos trabalhadores, como os interesses da burguesia, surgindo, assim, o profissional do Serviço Social. A profissão nasce, portanto, como uma profissão prático-interventiva, tendo sua gênese na divisão sociotécnica do trabalho, fruto de interesses de classes conflitantes, que objetiva estabelecer certo equilíbrio na sociedade, tentando responder às demandas provenientes do capitalismo intervindas no âmbito da produção e reprodução da vida social através de políticas sociais. Para Moura (2012, p. 18),

[...] as políticas sociais e a questão social se colocam como fatores determinantes na construção do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho. As políticas sociais geridas pelo Estado visavam controlar e preservar a força de trabalho ocupada mediante a regulamentação da relação entre capital/trabalho. Assim, vinculado a execuções de políticas sociais, surge o espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, intervindo através de serviços sociais que geravam condições favoráveis para reprodução da força de trabalho.

De início, o serviço social surge ligado à Igreja católica e “tem uma base social bem delimitada.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 127). Com o agravamento da questão social e, conseqüentemente, maiores investimentos em políticas sociais, ampliam-se os espaços de atuação do serviço social, especificamente após o surgimento e desenvolvimento das instituições assistenciais e previdenciárias, criadas pelo Estado na década de 1940, época em que o serviço social “desvencilha suas origens da Igreja” (PIANA, 2008, p. 88), busca instrumentalizar-se tecnicamente, se institucionaliza e adquire legitimidade, enquanto profissão.

Desde então, o serviço social vem se expandindo para todos os espaços onde existem demandas oriundas das expressões da questão social. É notória a

presença do mesmo nas diversas áreas de direitos, em diversos segmentos da sociedade, como da criança, do adolescente, idoso, no universo da família, nas políticas sociais públicas e privadas, como é o caso da política educacional, bem como, em outras áreas cuja atuação se faz necessária (PIANA, 2009).

3.1 A inserção do Serviço Social na Educação

Segundo Witiuk (2004), na política educacional brasileira, o Serviço Social vem se expandindo consideravelmente, ao longo dos anos. Não se trata de um campo novo de atuação do Serviço Social, desde da década de 1940 há espaço para atuação desse profissional na educação. Essa requisição, não diferente das demais áreas, era de caráter assistencial e se dava vinculada a uma ideologia por subordinação ao Projeto Político do Estado, legitimando a ordem vigente. O serviço social era requisitado para atuar nas situações consideradas como “desajustes sociais”, na tentativa de ajustar os desajustados, de acordo com aquilo que a classe burguesa e a Igreja acreditavam ser os “padrões corretos” a seguir, configurando-se como uma espécie de funcionalidade aos projetos sociais conservadores.

O país estava começando a desenvolver desenfreadamente o capitalismo industrial e precisava dar suporte a esse processo. Portanto, a perspectiva da educação era a perspectiva da classe burguesa que começava a se instalar no poder e “entendia o não acesso à escola como fator gerador de ignorância e, portanto de marginalidade” (WITIUK, 2004, p. 19). A burguesia coloca para a escola:

o papel de difundir a instrução e o conhecimento acumulado pelo homem, promovendo a equalização social. Dessa maneira, a escola centralizada na figura do professor, não consegue dar conta de sua missão, pois nem todos têm a ela acesso e daqueles com possibilidade de frequentá-la, muitos acabam se evadindo.

Sendo assim, o profissional de serviço social tinha como foco identificar os problemas sociais que levavam o retrocesso do processo de ensino, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso do aprendizado nas instituições, atuando de forma favorável à manutenção da ordem capitalista.

Na década de 1940, a atuação do Serviço Social na educação ganha importância em decorrência do surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que se configura como a “primeira grande instituição social

gerida diretamente pela burguesia industrial como classe.” (IAMAMOTO; CARVALHO 2007, p. 259).

Para os referidos autores, a requisição do assistente social nessa instituição tinha como foco identificar os principais fatores de desajustes que repercutiam na aprendizagem industrial. Sua atuação se dava em núcleos nas escolas, onde os mesmos coordenavam os encaminhamentos internos e externos, quando necessários, para atendimentos médico-dentário, alimentação supletiva, dentre outros. Desenvolviam também, um trabalho de orientação tanto em grupo, como individual, com intuito de promover a adaptação dos indivíduos ao processo de aprendizagem.

Nesse período, segundo Witiuk (2004), existia uma demanda para o Serviço Social dentro das instituições escolares, porém, a atuação do mesmo não era reconhecida nessa área, não havia uma especificidade na educação que coubesse ao Serviço Social. A autora cita uma lei aprovada em Pernambuco em 1949 dizendo o seguinte:

A atuação do Serviço Social, segundo a legislação aprovada em Pernambuco em 1949, era uma atividade considerada complementar à educação. A profissão não tinha o reconhecimento enquanto profissão da área da educação, não havia uma especificidade na educação que coubesse ao Serviço Social, mas entendia a lei que esta era uma profissão cuja intervenção se fazia necessária (p. 34)

Ou seja, o profissional era requisitado nas instituições escolares, porém não se sabia ao certo para que. Não se tinha uma visão crítica e organizada de sua ação, ela apenas se fazia necessária para descobrir os casos de desajustamento escolar e buscar soluções que viessem normalizar o funcionamento das instituições.

No período que compreende os anos de 1950 a meados dos anos 1970, segundo Souza (2008), o trabalho do Serviço Social na educação se para solucionar problemas como evasão, desmotivação, repetência, absenteísmo às aulas, dificuldades nos relacionamentos e outros desconfortos escolares. A atuação se dava na perspectiva do ajustamento dos sujeitos, integrando-os à sociedade.

A partir da década de 1980, período em que o Serviço Social afirma seu compromisso com a classe trabalhadora, passando a ter uma visão crítica da realidade a qual o mesmo atua, a inserção do assistente social na educação começa a se desenvolver com outras perspectivas, e surgem indagações referentes à prática desenvolvida pelo mesmo. Esse processo se dá, segundo Martins (2012), em

decorrência do amadurecimento teórico-metodológico e ético-político, que a profissão tem conquistado ao longo dos anos.

Na década de 1990, a inserção do Serviço Social na área de educação ocorre com maior intensidade e maturidade. Intensidade devido às necessidades apresentadas nesse campo, mas também, pelo o amadurecimento da profissão, que já vem reconhecendo nessa área de atuação, possibilidades de luta na perspectiva da educação enquanto um direito social.

A partir dessa década, a profissão está solidificada no conjunto normativo que legaliza, de fato, a profissão no Brasil, como assegura Dentz e Silva (2015), com a consolidação do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), da Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social - Lei n. 8.662, de 1993 e das diretrizes curriculares de 1996.

O projeto ético-político profissional do Serviço Social, expresso no Código de Ética Profissional de 1993, elege como valor central a liberdade e está “comprometido com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e demais princípios éticos que afirmam o comprometimento da profissão com os interesses e necessidades da classe trabalhadora.” (MARTINS, 2012, p. 45).

A Educação defendida pelo Serviço Social, em consonância com o projeto ético-político da categoria é na perspectiva da emancipação humana dos sujeitos, ou seja, voltada para o desenvolvimento dos indivíduos enquanto sujeitos sociais de direitos (CFESS, 2012).

Nas últimas duas décadas, a inserção de assistentes sociais na política de educação, tem se dado na tentativa de administrar as “condições de acesso e permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais”, criados mediante as reivindicações de sujeitos políticos da sociedade civil (CFESS, 2012. P. 37)

Mediante vários debates, que veem se intensificando, principalmente, desde o a criação do projeto de Lei nº 3.688 no ano de 2000, do Deputado Carlos Elias, em 2015 houve a aprovação da inserção de assistentes sociais e psicólogos na educação básica, apenas na Câmara dos Deputados e está tramitando no Senado. O projeto dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica com objetivo de integrar as equipes multiprofissionais para desenvolver um atendimento integral e de qualidade que possa contribuir para o processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

A atual bandeira dos assistentes sociais na política de educação é a defesa da garantia do acesso à educação escolarizada de qualidade. De acordo com o documento Subsídios para o debate sobre Serviço Social na educação, do Conselho Federal de Serviço Social (2011), que tem por objetivo auxiliar nas discussões do assunto, compreende-se por qualidade da educação:

Uma densa formação intelectual, com domínio de habilidades cognitivas e conteúdos formativos, também engloba a produção e disseminação de um conjunto de valores e práticas sociais alicerçadas no respeito à diversidade humana e aos direitos humanos, na livre orientação e expressão sexual, na livre identidade de gênero, de cunho não sexista, não racista e não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica, fundamentais à autonomia dos sujeitos singulares e coletivos e ao processo de emancipação humana (CFESS, 2011, p.22)

Diante das perspectivas apresentadas, percebe-se que os desafios do profissional do Serviço Social, estão atrelados tanto na adaptação ao modelo de gestão da educação no cenário neoliberal quanto nas necessidades da sociedade contemporânea. A escola atual não se limita somente à educação formal, há espaço nela para a formação cidadã dos educandos. É necessário, em tempos tão adversos, encontrar alternativas que permitam uma formação humana, consciente, crítica e emancipatória.

3.2 Limites e possibilidades do Serviço Social na Educação

Construídos e desenvolvidos ao longo dos anos, em cima de tensões do sistema capitalista, tanto o Serviço Social como a política educacional, enfrentam inúmeros desafios, na conjuntura atual. Estando, a educação, inserida no contexto geral do sucateamento das políticas sociais, torna-se cada vez mais difícil, para o Serviço Social desenvolver um trabalho de qualidade, na perspectiva de consolidação do Projeto ético-político da categoria, na busca por uma educação pública, laica e de qualidade.

Nas produções literárias e acadêmicas mais recentes que abordam a temática, as discussões apontam, entre outros desafios, que uma das maiores dificuldades da atuação profissional gira em torno de melhores condições de trabalho para que os Assistentes Sociais possam atuar conforme a ética e a legislação profissional. Sobre essa questão, Nascimento (2012, p. 24), diz:

[...] a inserção do serviço social no campo da educação se apresenta de modo desafiador, tendo em vista o sucateamento em que esta política vem enfrentando. Nesse sentido, o assistente social precisa dar respostas as demandas apresentadas pela população usuária e, ao mesmo tempo, se veem sem condições objetivas de atender devido a avassaladora política neoliberal.

A defasagem da política educacional repercute diretamente na prática do serviço social, dificultando o desenvolvimento de suas atividades. A autora coloca como principais dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social, na educação básica, modalidade discutida nesse estudo, a precária estrutura física das escolas, onde muitas vezes, o assistente social não tem um local de atendimento adequado; ausência de integração com os outros profissionais, causada pelo horário de trabalho, que muitas vezes não batem com os do assistente social, devido ao mesmo atuar em núcleos, ou seja, em diversas instituições, não conseguindo fazer articulação com todos os profissionais das escolas, e, a falta de recursos para o desenvolvimento das atividades.

Com relação à ausência de integração entre os profissionais, Nascimento (2012), enfoca a falta de articulação entre os próprios assistentes sociais também, que devido à sobrecarga de trabalho, não conseguem se reunir para discutirem as demandas do dia a dia. Durante o ano de 2012, período da pesquisa, no município de Campina Grande Paraíba, existiam 45 assistentes sociais para atuarem em 123 escolas municipais na cidade, deixando, portanto, esses profissionais sobrecarregados.

As demandas apresentadas aos profissionais, ainda segundo a autora citada, são dificuldades de aprendizagem, dificuldades dos alunos em respeitarem as regras, evasão escolar, violência escolar e problemas de comportamento.

A precariedade das escolas e a falta de recursos também são enfocadas por Paiva (2011) como entraves para o desenvolvimento do trabalho do assistente social e, as principais demandas identificadas pela autora são: déficit de aprendizagem dos alunos, frequência, não participação da família em relação ao acompanhamento dos seus filhos nas escolas, evasão escolar, repetência e ausência de motivação por parte dos docentes para enfrentar as dificuldades do dia a dia.

Diniz (2012) enfoca que a baixa remuneração dos assistentes sociais e o vínculo não efetivo também são limites enfrentados pelo Serviço Social na educação. Em pesquisa realizada por ela, com assistentes sociais, atuantes na rede estadual de Campina Grande Paraíba, em 2012, os salários variavam entre R\$545,

00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) à R\$600,00 (seiscentos reais). Vale ressaltar que o salário mínimo no decorrido ano era de R\$545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais). Com relação ao vínculo empregatício, todos eram prestadores de serviço, mostrando, portanto a falta de concurso público para a inserção dos assistentes sociais na educação.

Outra limitação do Serviço Social na educação, identificada pela autora é com relação à falta de recursos financeiros destinados às atividades dos assistentes sociais. Sem esses recursos, portanto, os mesmos não disponibilizam de materiais para o desenvolvimento de suas atividades.

Com relação as possibilidades do Serviço Social na educação, uma delas é fortalecer o processo de ensino aprendizagem, através da problematização e socialização do conhecimento da realidade escolar. Segundo Melo, (2012, p. 128):

Possibilitar à escola conhecer as demandas sociais das famílias significa proporcionar maior qualidade no processo de ensino aprendizagem, valorizando a importância do acompanhamento e inserção do profissional de serviço social numa intervenção multidisciplinar, buscando construir uma atuação qualificada e comprometida com a garantia do direito e de uma educação norteada pelo projeto ético-político profissional.

A autora ressalta a importância do incentivo à participação cidadã das famílias e da sociedade nesse processo, estimulando uma maior interação social no cotidiano escolar, contribuindo para o desenvolvimento dos educandos.

Intervir nas atividades de gerenciamento e planejamento da política educacional é outra possibilidade do Serviço Social, segundo Aranha (2016). Nesse aspecto, o Serviço Social, com sua capacidade crítica e propositiva pode contribuir para construir formas de viabilizar o acesso ao ensino, bem como estratégias de permanência e construção de uma política educacional na perspectiva de emancipação.

Também é tida como uma possibilidade de contribuição do Serviço Social na Educação, “Identificar e propor alternativas de enfrentamento às condições sociais, econômicas, aos fatores culturais, às relações sociais marcadas por diferentes formas de opressão, que interferem nos processos educacionais.” (LUCENA, 2016, p. 64). A realização de pesquisas constitui-se de fundamental importância para a elaboração de planos, programas e projetos na perspectiva de responder as demandas. A elaboração de planos, programas e projetos, no âmbito de atuação do Serviço Social está na lei de regulamentação da profissão de Serviço Social, Lei nº 8662 de 07 de

junho de 1993, em seu artigo 4º, definida como uma das competências do Assistente Social. A dimensão investigativa do Serviço Social nos espaços educacionais contribuirá para descobrir e compreender as condições de vida, de trabalho e de educação da população com a qual atua, ajudando na compreensão de determinadas demandas que surgem.

Outra possibilidade do serviço social na educação é o fortalecimento dos sujeitos de direitos, uma vez que, o assistente social,

Pela via dos espaços educacionais, poderá exercer também sua função ao formar a comunidade na direção do fortalecimento da condição de sujeitos sociais de direitos, numa ação multidisciplinar consorciada com outras categorias profissionais e atores sociais. (SILVA, 2012, p.112).

Nesse aspecto, a autora reforça a função, educativa e pedagógica do serviço social para contribuir para a conscientização, de todo segmento da comunidade escolar: professores, família, alunos e comunidade. Essa função educativa e pedagógica seria no sentido de analisar a realidade com todas as suas adversidades e socializar as informações, possibilitando a população uma visão crítica que contribua com a sua mobilização social em busca da conquista dos direitos.

Essa função educativa pedagógica do assistente social, segundo o CFESS (2012), representa um dos elementos que justificam a presença desse profissional na educação e, ao mesmo tempo, por se aproximar de alguns trabalhos que são realizados por outros profissionais, em particular dos/as pedagogos/as, se coloca como entrave para a presença de assistentes sociais nessa área. Essa resistência deixa claro o não reconhecimento do papel do assistente social de um modo geral.

O espaço educacional pode possibilitar também, ainda de acordo com Silva (2012), a ampliação da proteção social, através do estreitamento com os diversos setores da sociedade. Segundo a autora citada:

A inserção do profissional de serviço social na educação [...] contribuirá para uma ampliação da proteção social, por meio do estreitamento de ações entre diversos setores da sociedade, os quais contarão com mais um ponto de referência para a construção, manutenção e ampliação dos direitos sociais, propiciando aos sujeitos maiores e mais intensas experiências na condição de sujeitos sabedores dos seus direitos e por isso mais hábeis na vida social. (p. 123)

Para a autora, a política educacional e o espaço educacional propriamente dito veem sendo pressionados pelas demandas societárias e por mais direitos. A

articulação com outros setores possibilita dar respostas às demandas que surgem nesse espaço.

Esse processo de articulação tem sido colocado pelo Conselho Federal de Serviço Social como indispensável para garantir a qualidade da educação, através dos trabalhos interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais. Pois, segundo o mesmo, os resultados não podem ser obtidos por um único profissional e nem a partir de ações intestinas aos estabelecimentos educacionais. (CFESS, 2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do Serviço Social na educação remonta da década de 1940 e vem se expandindo ao longo dos anos, como foi mostrado nesse estudo. À medida que as transformações sociais, políticas e econômicas vão acontecendo, a política educacional vai se moldando na busca de responder às necessidades que surgem tanto por parte do Estado como da sociedade contemporânea. Mediante essas transformações, o trabalho do Serviço Social também vem adquirindo novos desafios, dentre os quais está o de construir uma intervenção comprometida com os princípios do Código de Ética Profissional de 1993 e com o Projeto Ético Político da categoria como um todo, sobretudo o “posicionamento em favor da equidade e da justiça, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como uma gestão democrática”.

Não há como negar que houve melhorias significativas na educação, ao longo dos anos, mesmo ela tendo caminhado impregnada de interesses econômicos. Porém, atualmente, a mesma encontra-se mercantilizada, sucateada e submetida aos interesses capitalistas, repercutindo diretamente na atuação do Serviço Social na mesma. A presença do assistente social dentro dos espaços educacionais configura-se como de fundamental importância para desenvolver um trabalho na perspectiva da viabilização da educação pública de qualidade, voltada para a construção de cidadãos críticos e capazes de entender sua posição dentro da sociedade e sua liberdade de questioná-la e modificá-la. O desafio para o Serviço Social na luta pela defesa da educação na perspectiva de humanização e emancipação do homem é driblar todas as dificuldades e direcionar sua prática em busca de alcançar esse objetivo.

Os desafios são muitos, como vimos, porém existem inúmeras possibilidades do Serviço Social por em prática toda sua bagagem de conhecimento adquirida, somando esforços para lutar contra a dominação, a exploração, a opressão e a alienação, na busca pela construção de uma educação de qualidade, enquanto um direito adquirido constitucionalmente.

ABSTRACT

The Brazilian Educational Policy has been developed by the struggle between the working class and capitalism, "hanging" more economic interests than to the development of society. The insertion of Social Service, this policy has been going in this process fierce fights where the challenges faced by professional social work are linked both to adapt to the education management model in the neoliberal scenario as the needs of contemporary society. Taking into account these aspects, this paper presents the limits and possibilities of Social Work in Education, measuring the characteristics that hinder the work of social workers in the struggle for the realization of education as a social right, and the contributions that it can providing in that area. It consists of a literature search, which were woven some reflections on the development of the Brazilian Education then has an outline of the emergence of social work, as it did its deployment in Brazil and its role in education. Finally, spicing the limits and possibilities of Social Work in Education.

KEYWORDS: Education.Social service.Educational politics.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. In: **Caderno Especial nº 26**. Ed. 04 a 25 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/>> Acesso em 05 de julho de 2016.

ARANHA, Patrícia. **O Serviço Social no cenário da educação pública brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016. 20p.

BARROZO, Caroline Melo de Moraes. **Os rebatimentos do neoliberalismo no Curso de Serviço Social**. 25f Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Serviço Social), Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação edições Câmara, 2010.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86p.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição Nº 241 de 2016**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília, fevereiro, 2012.

_____. GT (Grupo de Trabalho) Educação. Acessoria: Ney Luiz Teixeira. Documento **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília, 2011.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “Questão Social” no Brasil** – crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 162, Coleção Retratos do Brasil, 1982.

DUARTE, Gerson Constância. **A reprodução ideológica do discurso político na educação**: um entendimento através da fala de professores universitários no contexto do Governo Geisel, 1974-1979. 135 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 121, p. 7-31, Jan/mar, 2015.

DINIZ, Adriana Maria Fortunato. **A atuação do assistente social nas escolas públicas Estaduais do Município de Campina Grande**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

FILHO, Ananias Noronha. Educação Profissional: Pronatec o (des)caminho na atualidade. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Anais... São Luís – Brasil, 2011. p. xxxxx. 1 CD-ROM

FNE. **44ª Nota Pública do Fórum Nacional de Educação - PEC 241 que inviabiliza as metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Fórum nacional de educação, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: Esboços de uma interpretação histórico-metodológica. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2007.

LÉDA, Denise Bessa; MACEBO, Deise. **REUNI**: heteronomia e precarização da Universidade e do trabalho docente, 2009.

LUCENA, Kelven Alisson Costa de. **A dimensão educativa do Serviço Social na Educação**: a arte e a música como instrumentos para construção da ética e de valores. 85f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O serviço social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA, Marcela Mary José (org). **Serviço Social na Educação**: teoria e prática. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

MATOS, Andrea Maria dos Santos; SOUZA, Suely Cristina; MATOS, Regina dos Santos. **Gustavo Capanema e suas leis orgânicas**: um dualismo educacional no ensino secundário. In: V Colóquio Internacional de “Educação e Contemporaneidade”, **Anais...** São Cristovão – Brasil , setembro de 2011. p. xxxxx. 1 CD-ROM

MELO, Débora dos Santos. O serviço social como instrumento de fortalecimento dos elos no processo de ensino aprendizagem: In: **Serviço Social na Educação**: Teoria e prática, Campinas São Paulo, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª. ed. ampliada. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, Iris de Lima Araújo. **Serviço social e saúde mental**: concepções e práticas em torno da Lei nº 10.2016/2001. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 406 p. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

NASCIMENTO, Maria Dolores Melo do. **A Percepção da equipe multiprofissional e dos pais ou responsáveis pelos discentes da Escola Municipal José Virgínio de Lima acerca do processo de trabalho de Assistente Social**. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

PAIVA, Julianne de Menezes. **Serviço social e educação**: uma análise das condições de trabalho dos Assistentes Sociais da rede estadual de ensino de Campina Grande PB. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

PENHA, Maria Jailma Rodrigues da. Conselho escolar na perspectiva da gestão democrática: a visão das famílias. In: III **Colóquio Brasileiro Educação na Sociedade Contemporânea. Anais...** Campina Grande – PB, 2012. p. xxxxx. 1 CD-ROM

PINTO, Rosa Maria Ferreira. **Política educacional e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1986.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. In: **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

_____, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2008.

SANTOS, Maria Aparecida Nunes dos. **Fundo público e política de assistência social em tempos de crise estrutural**: uma perversa relação na administração dos “males sociais” no Estado da Paraíba. 202 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SILVA, Marcela Mary José da. Mobilização social, articulação e intencionalidade **política**: as ações do grupo de trabalho de Serviço Social na educação da UFRB, Bahia. In: **Serviço Social na Educação: Teoria e prática**, Campinas São Paulo, 2012.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço social na educação**: saberes e competências necessárias no fazer profissional. 238p. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2008.

SOUSA, Rodrigo Augusto de; MARTINELLI, Telma Adriana Pacífico. **John Dewey e a formação de professores:** aspectos da influência sobre a formação docente no Brasil. In: IX Congresso Brasileiro de Educação – EDUCERE; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, **Anais...** Curitiba PR, outubro de 2009. p. xxxxx. 1 CD-ROM

WITIUK, Ilda Lopes. **A trajetória sócio-histórica do serviço social no espaço da educação escolarizada.** 331f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.